



Pedro Parente se reuniu ontem com os secretários estaduais de fazenda para apresentar as medidas

354 Frente política contra “pacote”

SONIA CARNEIRO

BRASÍLIA – Será criada amanhã uma frente reunindo os seis governadores de oposição, os presidentes do PT, PSB, PC do B, PDT e PPS, além dos líderes dos partidos na Câmara e no Senado. A finalidade é resistir ao pacote de ajuste fiscal do governo. Em reunião no Espaço Cultural da Câmara, às 10h, os governadores eleitos vão analisar o pacote, prometendo oferecer alternativas. Hoje, o presidente do PT, José Dirceu, e um grupo de parlamentares economistas e técnicos se reúnem para debater as medidas e discutir as sugestões que serão encaminhadas aos governadores eleitos.

O encontro se realizará em clima de impasse entre os governadores eleitos que desejam negociar o ajuste e as lideranças oposicionistas. “Não queremos ser usados como moeda de troca”, disse o líder do PT na Câmara, deputado Marcelo Déda (SE). O ex-líder do PT na Câmara, José Machado, defendeu que o convite seja estendido aos governadores eleitos Itamar Franco, de Minas, Mário Covas, de São Paulo, e Marconi Perilo, de Goiás.

Ontem, os líderes de todos os partidos oposicionistas assistiram ao pronunciamento do presidente Fernando Henrique, reunidos no gabinete da liderança do PDT na Câmara. A iniciativa foi do líder Miro Teixeira (RJ) que defendeu o fim das

isenções fiscais no valor de R\$ 16,2 bilhões previstas para o Orçamento de 1999, como forma de evitar o aumento de impostos e a cobrança da contribuição dos inativos. “Não vamos aceitar essa pacote goela abaixo”, disse Miro.

O candidato derrotado à presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, fará um pronunciamento na reunião dos governadores sobre as medidas. “Sou a favor da negociação mas até agora não recebemos nenhum convite sério para o debate”, afirmou Lula em conversa por telefone com Déda. “Estamos nos mobilizando para analisar o pacote e oferecer informações aos governadores eleitos”, informou Déda. Após a reunião, Lula e os governadores eleitos darão coletiva para anunciar a formação da frente e a posição sobre o pacote. “Se a maioria dos governadores optar por negociar as medidas deve elaborar antes uma agenda mínima”, defendeu Déda.

Suicida político – A deputada Maria da Conceição Tavares (PT-RJ), o economista e deputado eleito, Aloísio Mercadante, além dos economistas Guido Mantega, Paul Singer, e Reynaldo Gonçalves iniciam, hoje, a análise do pacote. “O governador de estado que aceitar esse pacote é um suicida político em potencial”, disse Conceição. “Gatilho para cortar gastos dos estados sem aprovação do Congresso é inconsti-

tucional. O governador que aceitar isso perderá a soberania sobre suas contas”, afirmou.

“Estamos preparando medidas jurídicas que fazem parte da mobilização das oposições”, anunciou Miro. Uma das sugestões do PDT a ser encaminhada aos governadores eleitos na reunião é acabar com boa parte das isenções fiscais, que no orçamento da União para 1999 estão previstas no total de R\$ 16,2 bilhões. “Não tenho dúvida de que os governadores vão reagir ao pacote. Aquelas medidas que prejudicarem estados, municípios, e os aposentados nem devem ser levadas em consideração enquanto existirem incentivos fiscais em excesso”, defendeu Miro.

Também o deputado João Fassa-
rela (PT-MG) acredita que os governadores devem ajudar o Congresso a rejeitar o pacote fiscal e não os parlamentares ajudarem os governadores a negociar as medidas com o governo. “Toda a lógica do ajuste caminha para desviar o dinheiro que seria aplicado nas áreas sociais para o pagamento de juros”, observou Fassarela, representante do PT na Comissão de Orçamento do Congresso Nacional. A única voz que se levantou em favor da abertura de negociação com o governo foi a do deputado Eduardo Jorge (PT-SP). O deputado aceita aprovar o aumento da CPMF desde que vinculada à saúde.